

RECURSO ESPECIAL Nº 1.708.500 - ES (2017/0289122-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **KELLY NASCIMENTO BARRETO**
ADVOGADOS : **KELLY CRISTINA ANDRADE DO ROSARIO FERREIRA** -
ES014859
MARTA KELY ALMEIDA GOMES RODRIGUES E OUTRO(S) -
ES025133
RECORRIDO : **BV FINANCEIRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E**
INVESTIMENTO
ADVOGADOS : **FRANCISCO CLAUDINEI M DA MOTA** - SP099983
ALEXANDRE BONILHA - SP163888
CRISTINA ELIANE FERREIRA DA MOTA - SP192562
TATIANA DE FÁTIMA DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP255838

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por KELLY NASCIMENTO BARRETO, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santos, assim ementado:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO INTERTEMPORAL - APLICAÇÃO DO CPC/73 DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO DA DECISÃO EM CARTÓRIO - DIFERE DA INTIMAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA - PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Conforme salientado na decisão agravada, o caso em apreço enseja análise sob o prisma do direito intertemporal, tendo em vista que a decisão agravada foi proferida ainda na vigência do CPC/73, mas o presente agravo foi interposto sob as regras do novel Código, inclusive quanto ao prazo adotado.

2. Na linha do posicionamento já consolidado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1144079/SP), considera-se como publicado o pronunciamento judicial no momento em que ele foi disponibilizado em cartório ou no momento da proclamação do resultado do julgamento pelo órgão colegiado.

3. Diferentemente do que alega a ora agravante, não se há que confundir a disponibilização/publicação da decisão em cartório com a intimação de seu teor ou mesmo disponibilização por meio do Diário da Justiça. A intimação ou disponibilização no Diário da Justiça são tos praticados após a publicação a decisão em cartório e se prestam a dar início à fluência do prazo recu sal, porém, o direito de recorrer nasce já em momento anterior com a entrega,

em cartório, do ato decisório.

4. Fixadas essas premissas, é certo que a decisão agravada foi disponibilizada/publicada em cartório na data de 18/02/2016, portanto, ainda sob a vigência do CPC/73, cujos prazos fluíam de modo contínuo, na forma do seu artigo 178. Por conseguinte, iniciada a fluência do prazo no dia 18/04/2016 por ocasião da carga realizada pela agravante, o seu termo final se deu em 28/04/16, restando patente a intempestividade do presente agravo.

5. Do cotejo entre as razões do agravo de instrumento antes interposto e as do presente agravo interno, com exceção da intenção de submeter decisão recorrida à apreciação de órgão colegiado, vislumbra que a recorrente se limita a repisar os fundamentos antes expendidos, sem, contudo, apresentar fundamentos ou considerações diversas, o que, em última análise, não demanda considerações extras sob pena de incorrer em decisão prolixa.

6. Recurso improvido." (e-STJ fl. 173/175)

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 219 e 1.003, §3º, do CPC/2015, sustentando, em síntese, que dever ser aplicado o NCPC para verificar a tempestividade do agravo de instrumento por ele interposto, pois se considera publicada a decisão recorrida para fins de verificação do diploma legal aplicável, apenas a partir da disponibilização na imprensa oficial.

Apresentadas contrarrazões às fls. 220/226 (e-STJ)

É o relatório. Passo a decidir.

O recurso merece prosperar.

A Corte de origem, ao reconhecer a intempestividade do agravo de instrumento da ora recorrente TJES, asseverou ser aplicável ao caso o CPC/73, uma vez que a decisão recorrida teria sido disponibilizada em cartório ainda na vigência deste diploma legal, sendo irrelevante a data de publicação do *decisum* no órgão de imprensa oficial, *in verbis*:

"Do texto do documento de fls. 128 consta que "a decisão que indeferiu a Assistência Judiciária Gratuita (fls. 84/85) foi recebida nesta serventia em 18/02/16 [...]"

Vale dizer, a publicação da decisão agravada em cartório, ou a sua disponibilização, ou, ainda, o seu recebimento em cartório, deu-se em 18/02/16, data esta em que se tornou pública e não mais sujeita à alteração, salvo pelo julgamento dos recursos adequados.

Diferentemente do que alega a ora agravante, não se há que confundir disponibilização/publicação da decisão em cartório com a intimação de seu teor ou mesmo disponibilização por meio do Diário da Justiça.

A intimação ou disponibilização no Diário da Justiça são atos praticados após a publicação da decisão em cartório e se prestam a dar início à fluência do prazo recursal, porém, o direito de recorrer nasce já em momento anterior com a entrega, em cartório, do ato decisório.

Com o escopo de sanar quaisquer dúvidas, valho-me novaente do entendimento da Corte Especial do STJ que deu provimento a embargos de declaração para estabelecer que "a publicação da sentença não se confunde com sua intimação. A publicação da sentença tem o propósito de tornar pública a prestação jurisdicional e fixar o teor da sentença, que a partir de então não poderá mais ser alterada, nos termos do art. 463 do CPC. A intimação, por seu turno, busca dar ciência às partes do teor do julgado, a fim de iniciar a contagem do prazo para recurso ou para o aperfeiçoamento da coisa julgada. Assim, a divulgação da sentença pela imprensa oficial não é ato de publicação, em sentido técnico, mas sim de intimação" (EDcl no REsp. 1144079/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Corte Especial, julgado em 25/04/2013, DJe 20/05/2013).

Fixadas essas premissas, é certo que a decisão agravada foi disponibilizada/publicada em cartório na data de 18/02/2016 (conforme certidão juntada às fls. 128), portanto, ainda sob a vigência do CPC/73.

A intimação da ora agravante, realizada em 18/04/2016 por meio do Diário da Justiça, deu início tão somente à contagem do seu prazo recursal, que, de acordo com as regras de direito intertemporal, foi regido pelo diploma vigente à época da prolação da decisão e sua disponibilização em cartório."(e-STJ fl. 179/180)

Contudo, o acórdão recorrido encontra-se em desacordo com o entendimento do STJ, firmado no sentido de que a publicação que define a lei aplicável para aferir os pressupostos de admissibilidade do recurso é aquela que se dá por meio da disponibilização do ato processual na imprensa oficial, não se prestando a tanto a publicação do ato em cartório, salvo se a parte foi inequivocamente cientificada por outro meio. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTAGEM DO PRAZO RECURSAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA DECISÃO.

1. A lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição,

segundo entendimento desta Corte, é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Precedente do STJ.

2. Na hipótese dos autos, considerando que a agravada foi intimada da decisão agravada na vigência do CPC/2015, deve ser aplicada a contagem de prazo recursal nos termos do referido Codex.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.679.307/ES, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. em 8/5/2018, DJe 15/5/2018)

Vale transcrever elucidativo trecho do voto condutor do acórdão acima citado, da lavra da em. Ministra Relatora NANCY ANDRIGHI:

"Registre-se, na oportunidade, que o simples fato de o ato processual ter sido publicado em cartório não se equivale à efetiva publicação no Diário da Justiça, de modo que se torna público somente no dia útil seguinte a sua disponibilização, conforme dispõe o art. 4º da Lei n. 11.419/2006, sendo que a jurisprudência desta Corte até admite a intimação antes da publicação no órgão oficial, desde que a parte tenha tomado ciência inequívoca da decisão por outro meio (...).

Neste mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. TEMPESTIVIDADE. CONTAGEM DO PRAZO APÓS DISPONIBILIZAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA. DECISÃO AGRAVADA PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO NOVO CPC. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO.

1. Não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. Acerca da aplicação da lei processual no tempo, assim se manifestou a Corte local: "O agravo de instrumento interposto possui vício insanável, eis que está intempestivo, porque protocolado em 20/06/2016 (fl. 02), quando já decorrido o prazo legal de dez dias para sua interposição, pois disponibilizada a decisão no Diário Eletrônico na data de 02/06/2016. Não há que se

aplicar o Novo CPC 2015, porque se submetem os recursos ao regime vigente na data em que se torna pública a decisão impugnada, o que se dá quando ela é entregue no cartório, não se confundindo com a dala de sua publicação, que se dá com vistas à intimação das partes" (fls.

126-127, e-STJ - grifo nosso).

3. Com efeito, o acórdão a quo encontra-se em dissonância do entendimento firmado pelo STJ no sentido de que, considerando a ausência de prerrogativa de intimação pessoal, a contagem do prazo recursal deve se dar da publicação do decisum na imprensa oficial, por intermédio do Diário de Justiça.

4. O Enunciado Administrativo 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016) dispõe que "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

5. "Em homenagem ao princípio tempus regit actum, o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater". Precedente: AgRg no AREsp 814.494/PR, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 18/4/2016.

6. Na espécie, o Recurso Especial impugna acórdão publicado na vigência do CPC de 2015, sendo exigidos, pois, os requisitos de admissibilidade na forma prevista naquele código de ritos.

7. Nesse esteira, considerando que a decisão monocrática objeto de Agravo de Instrumento na origem foi publicada em 2.6.2016 e o recurso interposto em 20.6.2016, conclui-se pela tempestividade do apelo, pois manejado dentro do prazo de 15 dias úteis previsto nos arts. 219, 994, inciso II, e 1.003, § 5º, todos do CPC/2015.

8. Recurso Especial parcialmente provido.

(REsp 1.730.392/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 19/11/2018)

Assim, tendo a decisão recorrida sido disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico aos 14/4/2016, aplicável o NCPC para a contagem do prazo recursal, evidenciando a tempestividade do agravo de instrumento interposto em 05/05/2016.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial para reconhecer a aplicabilidade do NCPC e tempestividade

Superior Tribunal de Justiça

do agravo de instrumento e, conseqüentemente, determinar o retorno dos autos à Corte de origem para que prossiga no julgamento do recurso como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator